

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2017**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 28/09//2017**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstre e avalie o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Demonstrativos Orçamentários e Contábeis publicados nos Murais da Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores, no Portal da Prefeitura e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública.

Cumprir informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

## **1. RECEITA**

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capitais excluído as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 no montante de R\$ 23.029.060,00. A receita efetivada no período de maio a agosto de 2017 foi de R\$ 7.515.602,61, tendo sido arrecadado, portanto, 33,17% da meta anual. Já no ano, até o mês de agosto de 2017, a receita atingiu 66,34% (R\$ 15.031.322,29). As receitas de capital tiveram um desempenho insignificante com percentual de 0,48% e 4,11% no período e anual respectivamente.

A receita patrimonial prevista para 2017 foi de R\$ 352.949,90, e os valores realizados correspondem a R\$ 1.651.175,68, atingindo em 467,82% da meta estabelecida. Nesse grupo, a receita mais significativa é a remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência.

**QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA**

Discriminação	Previsão Anual	Programado no Período	Realizado no Período	Realizado no Ano	% Real. Ano	% Real. Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>22.658.796,55</b>	<b>7.552.932,18</b>	<b>7.515.602,61</b>	<b>15.031.322,29</b>	<b>66,34%</b>	<b>33,17%</b>
Receita Tributária	2.127.437,38	709.145,79	567.165,71	937.123,87	44,05%	26,66%
Receita de Contribuições	525.000,00	175.000,00	214.766,95	459.321,27	87,49%	40,91%
Receita Patrimonial	352.949,90	117.649,97	755.812,56	1.651.175,68	467,82%	214,14%
Receita de Serviços	332.210,00	110.736,67	150.043,55	282.350,09	84,99%	45,17%
Transferências Correntes	18.811.563,00	6.270.521,00	5.691.351,36	11.402.177,66	60,61%	30,25%
Outras Receitas Correntes	509.636,27	169.878,76	136.462,48	299.173,72	58,70%	26,78%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>1.609.861,00</b>	<b>536.620,33</b>	<b>7.800,00</b>	<b>66.200,00</b>	<b>4,11%</b>	<b>0,48%</b>
Operações de Crédito	40.000,00	13.333,33	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Alienação de Bens	275.500,00	91.833,33	7800,00	66200,00	24,03%	2,83%
Transferência de Capital	1.281.000,00	427.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	13.361,00	4.453,67	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>3 - Receitas Intra-Orçamentárias</b>	<b>1.427.500,00</b>	<b>475.833,33</b>	<b>580.702,59</b>	<b>1.258.433,31</b>	<b>88,16%</b>	<b>40,68%</b>
<b>4 (-) Dedução da Receita</b>	<b>2.667.097,55</b>	<b>889.032,52</b>	<b>870.971,20</b>	<b>1.789.292,09</b>	<b>67,09%</b>	<b>32,66%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>23.029.060,00</b>	<b>7.676.353,33</b>	<b>7.233.134,00</b>	<b>14.566.663,51</b>	<b>63,25%</b>	<b>31,41%</b>

**QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS PREVISTAS E REALIZADAS**

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	Realizada no Ano	% Real Período	% Real Ano
<b>Impostos</b>	<b>1.087.931,98</b>	<b>470.632,60</b>	<b>773.047,23</b>	<b>43,26%</b>	<b>71,06%</b>
I P T U	225.992,00	198.550,78	280.419,13	<b>87,86%</b>	<b>124,08%</b>
I R R F	296.906,88	136.746,42	228.656,98	<b>46,06%</b>	<b>77,01%</b>
I T B I	93.333,10	54.577,30	97.951,30	<b>58,48%</b>	<b>104,95%</b>
I S S	445.200,00	79.798,97	164.031,53	<b>17,92%</b>	<b>36,84%</b>
I T R	26.500,00	959,13	1.988,29	<b>3,62%</b>	<b>7,50%</b>
<b>Taxas</b>	<b>1.039.505,40</b>	<b>96.533,11</b>	<b>164.076,64</b>	<b>9,29%</b>	<b>15,78%</b>
Taxas p/ Exercício Poder de Polícia	382.485,40	21.041,28	64.341,03	<b>5,50%</b>	<b>16,82%</b>
Taxas p/ Prestação de Serviços	652.020,00	75.491,83	99.735,61	<b>11,58%</b>	<b>15,30%</b>
Contribuição de Melhorias	5.000,00	0	0	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>2.127.437,38</b>	<b>567.165,71</b>	<b>937.123,87</b>	<b>26,66%</b>	<b>44,05%</b>

### QUADRO 3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão p/ o exercício	Realizada no Período	%
Transferências da União	9.996.308,00	5.689.573,51	56,92%
Transferências do Estado	5.008.480,00	3.732.258,62	74,52%
Transferências do FUNDEB	3.033.000,00	1.774.008,59	58,49%
Transferências de Instit. Privadas	900,00	0,00	0,00%
Transferências de Pessoas	900,00	0,00	0,00%
Transferências de Convênios	771.975,00	206.336,94	26,73%
<b>TOTAL</b>	<b>18.811.563,00</b>	<b>11.402.177,66</b>	<b>60,61%</b>
(-) Deduções p/ Form. Do FUNDEB	2.609.523,60	1.680.132,80	64,38%
<b>Total Rec. de Transferências</b>	<b>16.202.039,40</b>	<b>9.722.044,86</b>	<b>60,01%</b>

#### 1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 937.123,87 que confrontada com a previsão constante na programação financeira anual R\$ 2.127.437,38, representa uma realização de 44,05% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no Quadro 2, no IPTU era previsto o ingresso de R\$ 225.992,00, e sua arrecadação foi de R\$ 280.419,13. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 93.333,10 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 97.951,30, equivalente a 104,95% do valor previsto no exercício. Essa receita possui relação direta com os valores venais dos imóveis, pela transferência e vendas dos mesmos.

Em relação ao ISS - Imposto Sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza é o imposto municipal que incide sobre a prestação dos serviços elencados na Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Em regra, o valor do ISS é obtido pela alíquota (3%) aplicada sobre o valor do preço do serviço. A arrecadação no período foi de R\$ 79.798,97, representando 17,92% da previsão anual. Observa-se um menor desempenho dessa importante fonte de receita municipal. O baixo ingresso dessa receita deve-se à atualização da legislação federal, inclusive dando isenções para os MEIS.

Quanto ao ITR, sua arrecadação foi de apenas R\$ 1.988,29 tendo em vista que o vencimento deste imposto ocorre no final do mês de setembro.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 164.076,64 ao final do segundo quadrimestre, contra uma projeção de R\$ 1.039.505,40. Arrecadou-se, portanto, 15,78% da meta anual.

## **1.2 Transferências Correntes**

A previsão para as Receitas de Transferência Correntes foi de R\$ 18.811.563,00. A arrecadação anual está em R\$ 11.402.177,86 (60,61% do orçado).

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 5.689.573,51 no período, correspondendo a 56,92%.

Nota: Desta Receita, 20% são retidos para a formação do FUNDEB, no mínimo de 15% para Serviço de Saúde, e 5% para o MDE.

Nas transferências correntes do Estado, a previsão de receita anual é de R\$ 5.008.480,00. Sua realização foi de R\$ 3.732.258,62, sendo 74,52% da meta estabelecida.

## **1.3 Receitas de Capital**

Com uma previsão anual de R\$ 1.609.861,00 para a receita de capital, foi arrecadado somente R\$ 66.200,00, ou seja, 4,11% do orçado. Isto deve-se ao fato, principalmente, da previsão de R\$ 1.155.000,00 das transferências da União, para a construção de creche, não ter sido concretizada.

## **1.4 Receita Intra-Orçamentária**

Na receita Intra-Orçamentária são registrados os recursos destinadas ao RPPS. A previsão para o exercício é de R\$ 1.427.500,00, tendo sido arrecadado até o 2.º quadrimestre R\$ 1.258.433,31, ou seja, 88,16%. Destes, R\$ 488.093,48 refere-se à amortização do déficit atuarial, com cobertura por parte da Prefeitura, que neste ano é de 13,10%, e, R\$ 770.339,83 a contribuição patronal.

**QUADRO 4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>23.029.060,00</b>	<b>14.566.663,51</b>	<b>63,25%</b>
<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>17.633.885,00</b>	<b>10.135.084,41</b>	<b>57,48%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.397.170,00	6.353.687,03	67,61%
Juros e Encargos da Dívida	11.800,00	468,10	3,97%
Outras Despesas Correntes	8.224.915,00	3.780.929,28	45,97%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.827.600,00</b>	<b>253.338,38</b>	<b>8,96%</b>
Investimentos	2.802.600,00	243.627,20	8,69%
Amortização da Dívida	25.000,00	9.711,18	38,84%
Outras Despesas de Capital	-	-	
<b>Reserva de contingência</b>	<b>1.064.175,00</b>		<b>0,00%</b>
<b>Transferências ao RPPS</b>	<b>1.503.400,00</b>	<b>1.142.493,45</b>	<b>75,99%</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>23.029.060,00</b>	<b>11.530.916,24</b>	<b>50,07%</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>		<b>3.035.747,27</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>		<b>0,7916</b>	

Obs.: De acordo com o disposto na Portaria 575/2007, na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestre, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas.

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a agosto de 2017, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,7916, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 3.035.747,27.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado até abril de 2017 totalizaram R\$ 11.530.916,24, valor equivalente a 50,07% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 10.135.084,41, correspondendo a 57,48% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 253.338,38

## QUADRO 5 – GASTOS COM SAUDE

<u>RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)		% (b/a) x 100	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	14.097.447,44	14.097.447,44	9.154.832,06		64,94	
<u>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)		% (d/c) x 100	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	543.560,00	543.560,00	351.342,74		64,64	
<u>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</u>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS	552.500,00	828.118,89	251.767,15	10,22	219.428,69	9,17
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	3.675.500,00	3.622.128,00	2.211.253,38	89,78	2.173.185,24	90,83
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (i/b)					23,74	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [i - (15 x b) /100]					799.960,43	

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 2.173.185,24, o que corresponde a 23,74% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o **cumprimento** do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei complementar n.º 141/2012.

Cabe ressaltar que o valor gasto com saúde durante os dois primeiros quadrimestres do ano de 2017 (janeiro/agosto), teve um superávit de R\$ 799.960,43, ou seja, gastou-se a mais comparando com o índice mínimo proposto constitucionalmente.

## QUADRO 6 – GASTOS COM EDUCAÇÃO

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre		%	
		(a)	(b)		(c)=(b/a)x100	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.613.667,44	14.613.667,44	9.472.182,97		64,82	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre		%	
		(a)	(b)		(c)=(b/a)x100	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.285.950,00	2.285.950,00	516.165,30		22,58	
FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre		%	
		(a)	(b)		(c)=(b/a)x100	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	423.476,40	423.476,40	93.875,79		22,17	
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA				
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
		(d)	(e)	(f)=(e/d)x100	(g)	(h)=(g/d)x100
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB	3.034.000,00	3.114.000,00	1.912.741,58	61,42	1.911.700,20	61,39
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR	
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.911.700,20	
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					101,03	
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					6,52	
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-7,55	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					93.875,79	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
31-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)					3.507,75	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					-	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					-	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45j)					7.168,35	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35) <sup>5</sup>					104.551,89	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (37/3)x100%					2.838.922,71	
38-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% <sup>6</sup> - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% <sup>5</sup>					29,97	

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.838.922,71, o que corresponde a 29,97% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município **atendeu** o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal. Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 1.911.700,20 o que corresponde a 101,03% dos recursos do referido fundo **atendendo** o dispositivo legal supracitado.

#### QUADRO 7 – DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES LRF

DESPESA COM PESSOAL - LEGISLATIVO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	524.469,41	-
Pessoal Ativo	524.469,41	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	524.469,41	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.346.266,06	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.346.266,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	524.469,41	2,71
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.160.775,96	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.102.737,16	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.044.698,36	5,40

DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.399.373,58	-
Pessoal Ativo	7.863.168,09	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.536.205,49	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	1.692.673,26	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	156.467,77	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.536.205,49	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>7.706.700,32</b>	<b>-</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.346.266,06	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.346.266,06	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>7.706.700,32</b>	<b>39,84</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.446.983,67	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.924.634,49	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.402.285,30	48,60

A despesa de pessoal total, calculada de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN através do relatório de gestão fiscal de cálculo dos últimos 12 meses (setembro/2016 a agosto/2017) atingiu um percentual de 39,84% para o Poder Executivo e 2,71% para o Poder Legislativo.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos, evidenciando, assim, a desnecessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

Secretário da Fazenda e Planejamento  
Mauro Augusto Schmitt

Paraíso do Sul, 26 de setembro de 2017.